

Os candidatos, o urso, e o cidadão

Evitar hoje as questões macroeconômicas fundamentais é gestar os malogros futuros como os da Argentina ou Venezuela.

Márcio G. P. Garcia¹

19 de abril de 2002

Em décadas passadas, era costume de alguns programas de pós-graduação nos EUA admitir um contingente muito grande de candidatos a Ph.D., mas ceifar a pretensão da maioria com difíceis exames ao final do primeiro ano. Quanto ao estado de espírito que tal “esquema de incentivos” infundia nos estudantes, contava-se a seguinte anedota.

Dois estudantes estavam acampados em uma floresta, quando ouviram ruídos fortes fora da barraca. Logo se aperceberam tratar-se de um urso. Ato contínuo, um deles começou a calçar o tênis de corrida, ao que outro contestou: “Você está maluco, nunca conseguirá correr mais do que urso.” Já com meio corpo para fora da barraca, o outro respondeu: “Não preciso correr mais do que urso, basta correr mais do que Você.”

As eleições presidenciais podem vir a guardar indesejável semelhança com esta anedota. Afinal, tudo que o novo presidente precisa para escapar do urso é deixar os demais candidatos para trás, e não necessariamente vencê-lo. Entretanto, para nós, cidadãos, o que importa realmente é vencer o urso, ou seja, resolver os graves problemas de nosso país.

Na semana passada, houve uma boa oportunidade de se analisarem as idéias dos diversos candidatos, através de uma série de entrevistas conduzidas por Miriam Leitão. Aos candidatos que aceitaram comparecer—Serra, Ciro e Lula—ela formulou basicamente o mesmo conjunto de indagações. As entrevistas iniciavam-se sempre discutindo os fins, ou seja, a melhora da educação, saúde, segurança, entre outros objetivos sociais. Após o candidato prometer gastar muito mais do que há disponível, a entrevistadora perguntava de onde saíam os recursos, principalmente levando-se em conta a já indesejavelmente elevada carga tributária atual.

Dois dos candidatos, Serra e Ciro, preferiram driblar a pergunta, usando uma forma bem educada do conhecido: “Você sabe com quem está falando?” Ambos invocaram as respectivas biografias de administradores austeros, mas não disseram de onde saíam os recursos. Lula também lembrou a postura fiscalmente austera das

¹ Ph.D. em economia por Stanford, diretor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/Mgarcia/index.html>).

prefeituras municipais e dos governos estaduais do PT, além de dizer que, tal como um chefe de família responsável, não gastaria além do seu salário. Não obstante, mais à frente adaptou convenientemente a parábola doméstica, atribuindo-se um aumento de salário automático. Disse que o fato de ele sagrar-se vencedor das eleições por si só constituiria uma mudança de tal monta que traria um aumento de 20% da arrecadação, via redução da sonegação.

Tal pretensão peca por flagrante irrealismo. O combate à sonegação é tarefa de qualquer governo decente, e, reconheça-se, vem sendo arduamente perseguida pela Receita Federal com muito bons resultados, embora muito haja ainda por fazer. Não obstante, contar com um acréscimo na arrecadação do dia para noite de quase 7% do PIB (20% da carga tributária de 34%) é receita certa para o fracasso. Ademais, mesmo que fosse possível obter rapidamente a desejável redução da sonegação, um aumento da arrecadação dessa monta teria outros impactos macroeconômicos que deveriam ser analisados. Por exemplo, o fim da sonegação do pagamento do ICMS sobre os combustíveis, um objetivo extremamente meritório, deverá trazer impactos sobre custos e preços. Por mais desejável e imperioso que seja o combate à sonegação, a resposta de Lula simplesmente não resolve a questão central de onde sairão os recursos para os ambiciosos programas de governo.

Como demonstram as análises dos especialistas em contas públicas, o atual superávit primário de 3,5% do PIB—cuja manutenção nos próximos anos é considerada fundamental para que nossa dívida não se torne explosiva—não está absolutamente garantido a partir de 2004, devido ao fim de alguns impostos e de regras provisórias de repartição entre União, Estados e Municípios. Ou seja, não será fácil manter os gastos que já estão aí, sobretudo quando se leva em conta o aumento do déficit previdenciário. Com o acréscimo de gastos adicionais, como os propostos por todos os candidatos, a solução da equação fiscal fica ainda mais difícil.

Todos os três candidatos apresentaram bons planos para o país. Entretanto, para que tais planos não tenham o mesmo fim melancólico que temos presenciado na Argentina ou na Venezuela, é imprescindível que os candidatos digam claramente como enfrentarão a complicada questão fiscal. Até agora, todos os candidatos que compareceram ao exame de macroeconomia foram reprovados: um por insuficiência de média, e os outros dois por entregarem a prova em branco.